

CONTRATO CEDAE N.º 135/2018 (DF)

que entre si celebram a **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS – CEDAE** e a **SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**

A **COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS (CEDAE)**, sociedade de economia mista, com sede nesta Cidade, na Av. Presidente Vargas, 2655, Cidade Nova, CEP 20.210-030, registrada na JUCERJA sob o n.º 5.000, em 14 de agosto de 1975, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.352.394/0001-04, por meio de seus diretores ao final assinados, Diretor-Presidente, Sr. JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD, Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, Sr. HÉLIO CABRAL MOREIRA, doravante denominada **CEDAE**, e a **SUALL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, estabelecida na Fazenda Mato Quieto, S/N, Pinheiros, Lavrinhas – SP, CEP 12.760-000, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.858.131/0001-36, neste ato por meio de seu Diretor Superintendente ao final assinado, Sr. MARIO SERGIO DE ANDRADE BITTENCOURT, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 63.356.855 (SSP-SP), inscrito no CPF sob nº 011.751.438-12, resolvem celebrar o presente Contrato de Aquisição de Ácido Fluossilícico, com fundamento no processo administrativo nº **E-07/100.772/2017**, mediante **Pregão Eletrônico nº 336/2018 (ASL-DP)**, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, pelo Decreto Estadual nº 31.864, de 16/09/2002, com a aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, com as alterações resultantes da Lei Federal nº 8.883/94 e da Lei Federal nº 9.648/98, pela Lei Estadual nº 287, de 04/12/79, Decreto Estadual nº 3.149/80, Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e pelo instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a **"AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO"**, Lote 01, do Anexo I ao Edital, conforme tabela abaixo.

LOTE 01		
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (KG)
01	Ácido Fluossilícico – ETA Guandu – Estrada Rio/São Paulo, Km 19,5 – Prados Verdes – Nova Iguaçu - RJ.	4.740.000

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Caso a necessidade da **CEDAE** seja inferior à quantidade estimada de utilização do produto, considerar-se-á concluído o objeto ao final do prazo de vigência do contrato, ainda que haja saldo do produto a ser entregue, ressalvadas as situações previstas nos parágrafos primeiro e segundo da cláusula segunda.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de conclusão do objeto contratado sem entrega total da quantidade estimada do produto, conforme descrito no parágrafo primeiro, o contratado fará jus apenas ao recebimento do valor proporcional à quantidade efetivamente entregue.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de **360 (trezentos e sessenta) dias**, contados a partir da entrega da Ordem de Fornecimento, sendo a entrega fracionada, conforme previsto no Termo de Referência (Anexo III do Edital).

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Admite-se a prorrogação do contrato se, ao final do prazo de vigência, ainda houver quantidade de produto a ser entregue, e desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Admite-se, ainda, a prorrogação do contrato no caso de acréscimo quantitativo de seu objeto, na forma do art. 65 da Lei nº 8.666/93, desde que demonstrada a vantajosidade para a **CEDAE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DA CEDAE

Constituem obrigações da **CEDAE**:

- a) efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, vinculados ao presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato nas formas definidas.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) entregar o objeto do presente contrato, na quantidade, qualidade, local e prazos especificados no Termo de Referência, obedecendo as condições do Edital do **Pregão Eletrônico nº 336/2018 (ASL-DP)** e de sua Proposta aprovada na Licitação e instruções, fornecidos ou aprovados pela **CEDAE**, documentos que independentemente de transcrição passam a fazer parte integrante e complementar do presente para todos os efeitos de direito, ressalvando-se contudo que, em caso de divergência, entre as condições do Edital e este contrato prevalecerá o Edital, caso a divergência seja entre o contrato e a proposta da **CONTRATADA**, esta prevalecerá.
- b) entregar o objeto do contrato sem qualquer ônus para a **CEDAE**, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como transporte, frete, embalagem, testes, seguros, carga e descarga e ainda quaisquer tributos de qualquer natureza que incidam sobre o fornecimento ora pactuado;
- c) atender todas as determinações da fiscalização da **CEDAE**;
- d) responder pelo contrato na forma da lei.
- e) manter o estoque mínimo de bens necessários à execução do objeto do contrato;
- f) indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus propositos à **CEDAE** ou terceiros.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A **CONTRATADA** deverá, na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.753 de 17/10/2017, implementar o Programa de Integridade em até 180 dias após a celebração do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não atendimento ao disposto no parágrafo anterior implicará na aplicação de multa moratória de 0,02%, por dia, incidente sobre o valor do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O montante correspondente à soma dos valores básicos das multas moratórias será limitado a 10% do valor do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O cumprimento da exigência da implantação não implicará ressarcimento das multas aplicadas.

PARÁGRAFO QUINTO - Caberá ao Gerente do Contrato, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme estabelecido no artigo 11 da Lei 7.753 de 02/10/2017, fiscalizar a aplicabilidade de seus dispositivos.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2018, assim classificados:

Programa de Trabalho: 1200226064

Código Orçamentário: 33.90.30.21
Fonte de Recursos: 10
Conta Contábil: 411110207
Centro de Custos: DP22020000
ID da Reserva Orçamentária: 2018000866

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO:

Ao presente contrato, em regime de contratação por preço global por lote, é atribuído o valor total de **R\$ 4.356.060,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e sessenta reais)**, conforme tabela abaixo.

LOTE 01				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT. (KG)	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL(R\$)
01	Ácido Fluossilícico – ETA Guandu – Estrada Rio/São Paulo, Km 19,5 – Prados Verdes – Nova Iguaçu - RJ.	4.740.000	0,919	4.356.060,00
TOTAL:				4.356.060,00

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por Comissão de Fiscalização, devidamente nomeada e designada para este fim pelo Diretor Presidente da **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem às relativas ao pagamento, na seguinte forma:

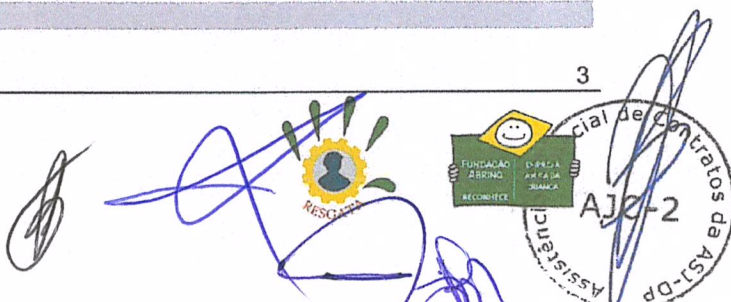
- provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade do material, após decorrido o prazo de 03 (três) dias de observação e vistoria que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados. Os bens ou os materiais cujos padrões de qualidade e desempenho estejam em desacordo com a especificação do edital serão recusados pelo responsável pela execução e fiscalização do contrato, que anotará em registro próprio as ocorrências e determinará o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 5 (cinco) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO: A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO: A instituição e a atuação da fiscalização não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE



A **CONTRATADA** é responsável por danos causados à **CEDAE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo a **CEDAE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** se obriga a cumprir as determinações da Lei nº 6514 de 22 de dezembro de 1977 e da Portaria nº 3214 de 08 de julho de 1978 e suas Portarias Modificadoras, que aprovam as Normas Regulamentadoras do Capítulo V, título II, da CLT, relativas a Segurança e Medicina do Trabalho.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CEDAE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de **R\$4.356.060,00 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e seis mil e sessenta reais)** em parcelas de acordo com as quantidades fornecidas e aprovadas pela fiscalização, sendo o pagamento efetuado mediante crédito em conta corrente do Banco Bradesco S/A, de acordo com as informações prestadas no Formulário "Solicitação de Cadastro de Credor".

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá encaminhar a nota fiscal, juntamente com o material correspondente a cada parcela, ao Local de Entrega especificado na Ordem de Fornecimento, bem como deverá encaminhar os documentos comprobatórios de situação regular em relação ao INSS e ao FGTS, sempre que aqueles que foram apresentados em atendimento às exigências de habilitação estiverem com a validade expirada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** deverá emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA – NF-e, consoante o Protocolo ICMS 42, de 3 de julho de 2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS 85, de 9 de julho de 2010, e caso seu estabelecimento estiver localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá mencionar na nota fiscal a seguinte expressão: "Operação beneficiada com redução do ICMS, nos termos do Decreto Estadual nº 37.601, de 13 de maio de 2005, alterado pelo Decreto nº 45.607, de 21 de março de 2016. Valor dispensado de R\$ _____ (valor por extenso)".

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para pagamento é de 30 (trinta) dias, a contar da data final do adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUARTO: Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pela Comissão de Fiscalização.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa do contratado, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SEXTO: Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IGP-M e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 2,0% ao mês *pro rata die*.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

A inexecução do contrato, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária pela Administração Pública Estadual Direta e Indireta, nos termos do inc. III do art. 87 da Lei 8.666/93;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública em geral, assim considerados todos os Entes Federativos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas "a" e "b", do caput desta cláusula, serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) a suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com Administração Pública Estadual Direta e Indireta, prevista na alínea "c", será imposta pelo Presidente desta Companhia, na forma do art. 35, parágrafo único do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea "d", é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO QUARTO: A multa administrativa, prevista na alínea "b", do caput, observará o seguinte:

- a) corresponderá, individualmente, ao percentual de até 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração cometida;
- b) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato, conforme preceitua o artigo 87 do Decreto Estadual n.º 3.149/80.
- c) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra penalidade;
- d) não tem caráter compensatório, não se confundindo, portanto, com as multas por atraso e por inadimplemento contratual, que poderão ser aplicadas cumulativamente à multa administrativa;

PARÁGRAFO QUINTO: A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar, prevista na alínea "c", do caput, observará o seguinte:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido.

PARÁGRAFO SEXTO: A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea "d", do caput, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A reabilitação referida pelo parágrafo sexto poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO OITAVO: O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil *que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o saldo não atendido do contrato, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral, com aplicação da multa por inadimplemento ou das sanções administrativas.*

PARÁGRAFO NONO: Se o valor das multas previstas na alínea "b", do caput, e no parágrafo oitavo, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente;

PARÁGRAFO DÉCIMO: A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas "a", "b" e "c", do caput, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea "d".

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Os licitantes, adjudicatários e contratados que forem penalizados com as sanções de suspensão e impedimento, previstas na alínea "c" do caput desta cláusula, ficarão impedidos de contratar especificamente com a Administração Pública Estadual Direta e Indireta, enquanto os penalizados com a declaração de inidoneidade, prevista na alínea "d", ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública, direta e indireta, de todos os demais Entes Federativos, e isso enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As penalidades serão registradas pela **CEDAE** no seu Cadastro de Fornecedores, e comunicadas à Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para a Coordenadoria de Cadastros da Subsecretaria de Recursos Logísticos da SEPLAG o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas "c" e "d" do caput desta cláusula, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA GARANTIA CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A **CONTRATADA** deverá apresentar comprovante de prestação de garantia contratual, optando por uma das modalidades previstas no §1º do Art. 56 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O comprovante deverá ser apresentado na Tesouraria da CEDAE, no 6º andar do prédio Sede, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da assinatura deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia deverá ser prestada em percentual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, com exceção apenas da caução em dinheiro, que poderá ser prestada em percentual inferior, correspondente a 1,5% (um e meio por cento).



PARÁGRAFO QUARTO: A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO QUINTO: A garantia que vier a ser prestada na modalidade de seguro ou de fiança bancária deverá ser firmada de modo a abranger todos os prejuízos resultantes da execução deste contrato, decorrentes de conduta dolosa ou culposa da **CONTRATADA**, incluindo as multas pecuniárias aplicadas pela **CEDAE**.

PARÁGRAFO SEXTO: Se a contratação resultar a transferência da posse direta de bens da **CEDAE** à **CONTRATADA**, em valor superior a **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, será exigido, ainda, o **seguro multirrisco básicos**, que conterá as seguintes coberturas adicionais mínimas: Danos Elétricos, Subtração de Bens e Mercadorias, Responsabilidade Civil de Operações, Responsabilidade Civil do Empregador, Equipamentos Estacionários e Móveis, cuja cobertura alcançará o valor total destes bens.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A garantia somente poderá ser liberada após o recebimento definitivo do objeto, cabendo à **CONTRATADA** formular tal solicitação.

PARÁGRAFO OITAVO: A garantia que não for prestada em dinheiro deverá ser firmada com prazo de validade superior à vigência do contrato administrativo em, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias.

PARÁGRAFO NONO: A **CONTRATADA** se declara ciente de que as alterações de valor e/ou de prazo efetuadas no contrato importarão na necessidade de reforço e/ou prorrogação da garantia prestada, não se eximindo a **CONTRATADA** desta responsabilidade mesmo quando silente o aditivo formalizado.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Nos casos em que os valores das multas vierem a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa e/ou rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A garantia que for prestada na modalidade fiança bancária deverá ser apresentada conforme modelo constante do Anexo XI do Edital.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O atraso da **CONTRATADA** em prestar ou revalidar a garantia autorizará a **CEDAE** a promover o bloqueio dos pagamentos devidos até o limite máximo de 5% (cinco por cento) do valor do contrato. Uma vez prestada a garantia, esta substituirá o bloqueio.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: O bloqueio efetuado com base no parágrafo anterior não gerará direito a nenhum tipo de compensação financeira à **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A **CEDAE** se ressalva o direito de pleitear em juízo as perdas e danos que não puderem ser reparados através da garantia prestada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO

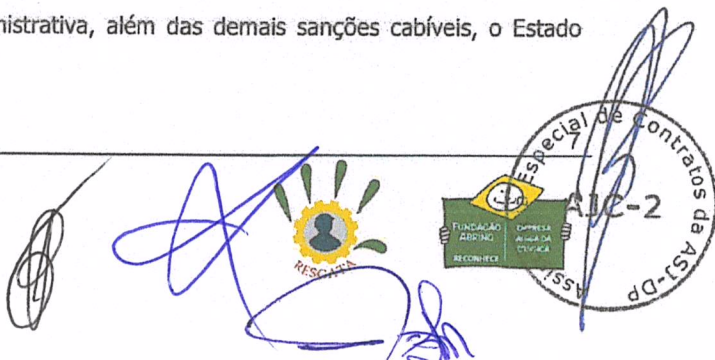
A **CEDAE** poderá denunciar o contrato por motivo de interesse público ou celebrar, amigavelmente, o seu distrato na forma da lei; a rescisão, por inadimplemento das obrigações da **CONTRATADA** poderá ser declarada unilateralmente após garantido o devido processo legal, mediante decisão motivada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O não cumprimento de cláusulas contratuais; a falência; a cessão ou subcontratação parcial ou total do fornecimento sem prévia autorização por escrito da **CEDAE** constituem causas para rescisão do contrato, de acordo com o Art. 78 da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, produz efeitos em relação a **CONTRATADA** a partir da sua ciência e a terceiros a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO QUARTO: Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá:



- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da contratada multa de 10% (dez Por cento), calculada sobre o saldo reajustado do objeto contratual não executado e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior a multa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

Caso a **CEDAE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor da ação, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

PARÁGRAFO ÚNICO: As importâncias decorrentes de qualquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CEDAE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CEDAE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente **CONTRATADA** perante a **CEDAE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante a **CEDAE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do fornecimento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV da Lei 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A suspensão do contrato, a que se refere o art. 78, XIV, da Lei nº 8.666/93, se não for objeto de prévia autorização da Administração, deverá ser requerida judicialmente, mediante demonstração dos riscos decorrentes da continuidade da execução do contrato, sendo vedada a sua suspensão por decisão unilateral da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, no prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta da **CEDAE**, devendo ser encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do contrato no prazo de 15 dias contados após sua publicação, conforme art. 4º da Deliberação TCE-RJ nº 262/2014.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: O presente instrumento só terá validade após sua publicação no órgão de Divulgação Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, data da assinatura e fundamento do ato.

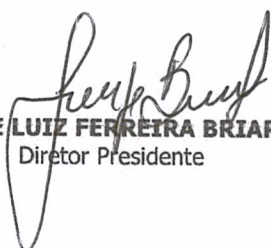
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO

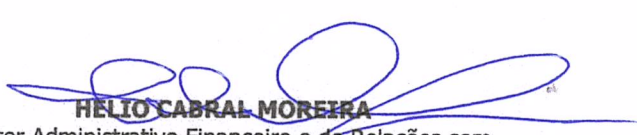
Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

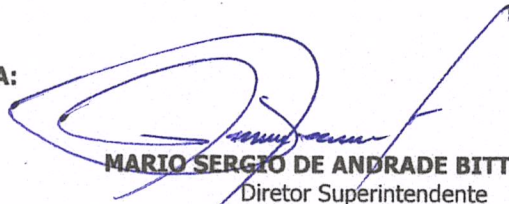
Rio de Janeiro, 11 de outubro de 2018.

Pela **CEDAE**:


JORGE LUIZ FERREIRA BRIARD
Diretor Presidente


HELIO CABRAL MOREIRA
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

P Pela **CONTRATADA**:


MARIO SERGIO DE ANDRADE BITTENCOURT
Diretor Superintendente

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ RG: _____

Nome: _____ RG: _____

Ref. Contr-SUALL-INDUSTRIA-E-COMERCIO-LTDA-aquisição-de-acido-fluossilicico-PE-357-2018-VBO

10 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Rio de Janeiro para o exercício financeiro de 2018, o Decreto nº 45.230, de 31 de janeiro de 2018, que dispõe sobre a Programação Orçamentária e Financeira e Estabelece Normas para a Execução Orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2018 e o Decreto nº 42.436, de 30 de abril de 2010, que dispõe sobre a descentralização da Execução Orçamentária e a IN AGE nº 24, de 09 de setembro de 2013, que estabelece normas para a prestação de contas de descentralização.

RESOLVEM:

Art. 1º - Descentralizar a execução do crédito orçamentário, na forma a seguir especificada:

I - OBJETO: DESPESAS OPERACIONAIS DA SEA

Processo INEA Nº E-07/002.1492/2018

II - VIGÊNCIA: início: data da publicação da portaria e término: 31/12/2018.

III. DE/Concedente: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

UO: 2432 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

UO: 243200 - Instituto Estadual do Ambiente - INEA

IV. PARA/Executante: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

UO: 2401 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

UO: 2401.00 - Secretaria de Estado do Ambiente - SEA.

V. CRÉDITO:

PT: 2432.18.122.0002.2016 - Manutenção e Atividades Operacionais e Administrativas

Natureza da Despesa Fonte Valor

3390.00 218 R\$ 6.000,00.

Art. 2º - A prestação de contas dos recursos descentralizados, nos termos do Decreto nº 42.436/2010, deverá ser elaborada pelo responsável pelo setor que acompanhou a execução do objeto da descentralização, acompanhada de toda documentação, conforme previsto na Instrução Normativa AGE nº 24 de 10/09/2013. Quando a prestação de contas final não for encaminhada no prazo determinado ou se for constatada quaisquer impropriedades, quando da análise, deverá a concedente notificar, de imediato, a executante, a fim de, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas, cumprir a obrigação ou sanar as impropriedades.

Art. 3º - Esta Portaria Conjunta entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de outubro de 2018

MARCUS DE ALMEIDA LIMA

Presidente

LINCOLN MURCIA

Diretor-Geral Interino

Id: 2139516

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE

DESPACHO DO PRESIDENTE

DE 16.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.6303/2016 - RECONHEÇO O DÉBITO, em favor da CONNECTCOM TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇO LTDA., referente à contratação de serviços técnicos em plataforma Microsoft, no âmbito do Contrato INEA nº 11/2016, no exercício de 2017, no valor total de R\$ 1.708,53 (mil setecentos e oito reais e cinquenta e três centavos).

CONSELHO DIRETOR

DESPACHO DO CONSELHO DIRETOR

DE 05.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.30383/2018 - INDEFERIDO o requerimento de Autorização Ambiental, em nome de JOÃO JOSÉ DA SILVA BARROCO, com base nos termos do parecer técnico SEFAM/GELIRH Nº 277/2018, e na decisão do Conselho Diretor do INEA em sua 45ª Reunião Ordinária de Licenciamento Ambiental, bem como nos demais elementos constantes nos autos do processo em referência.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL PIAABANHA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 27/09/2016

PROCESSO Nº E-07/002.05162/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por RAYMUNDO JOSÉ GABRY, localizado na RODOVIA BR 116 - KM 06 - GRANJA DO POI, TILHÃO, JAMAPARA - SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.05162/2015.

DE 06/03/2017

PROCESSO Nº E-07/002.12585/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPUCAIA, localizado na PRACA MIGUEL COUTO FILHO, Nº 240 - CENTRO, SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.12585/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.1944/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por CONSERVADORA SERRANA LTDA, localizado na AVENIDA FELICIANO SODRÉ, 730 - VÁRZEA, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.1944/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.04326/2011 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por AGUAS DO IMPERADOR S/A, localizado na AV. LEOPOLDINA, 561 - NOGUEIRA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.04326/2011.

PROCESSO Nº E-07/002.09069/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PFS LIMA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, localizado na ESTRADA DAS CACHUMBAS, S/Nº - PAQUEQUER PEQUENO, CRUZEIRO - TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.09069/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.02099/2016 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOÃO CARDINOT DE SOUZA, localizado na RUA MELVYN JONES, Nº 120 APTO 201, MEUDON, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.02099/2016.

PROCESSO Nº E-07/002.01452/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por NILSON PLANEZ DE LIMA, localizado na ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA 3277 CX 08 - POSSE, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.01452/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.10206/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TEREZA REGINA DA GLÓRIA, localizada na RUA BEIRA LINHA CASCATA GUARANI CX 01, BEIRA LINHA - TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.10206/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.5054/2013 - INDEFERIDO a solicitação de Autorização Ambiental - AA, realizado por AGNELO VITAL VIEIRA, localizado na BR 393, FAZENDA SÃO PEDRO - MOURA BRASIL, TRÊS RIOS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.5054/2013.

PROCESSO Nº E-07/002.11305/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por ANDRÉIA LESSA DA SILVA, localizada na RUA VINTE E UM DE ABRIL, CASA 26-A - QUINTA LEBRÃO, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.11305/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.13283/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOSE AUGUSTO VILLELA PEDRAS, localizado na ESTRADA DA CACHOEIRINHA Nº 600 - FAZENDA ENGENHOSA AREAL/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.13283/2015.

DE 28/08/2018

PROCESSO Nº E-07/002.11042/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por VÂNIA RAPOSO DA SILVA RI-

BEIRO, localizado na ESTRADA JERÔNIMO FERREIRA ALVES, 2684 CX 2 - ITAIPAVA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo E-07/002.11042/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.2766/2018 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por MARCENARIA SIMÕES LTDA, localizado na SÍTIO VARGEM ALTA, S/Nº - CORREGO DA PRATA, CARMOZINHA, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.2766/2018.

DE 30/08/2018

PROCESSO Nº E-07/002.12733/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por SABRINA MITSUE DA CUNHA MAEDA, localizado na SERVIDÃO DELTA Nº 43 - VÁRZEA, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.12733/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.07815/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por LUCIA MARIA FONTES, localizado na RUA OTAVIO VALADAS QUINTELA, 94416 - FAZENDA VELHA, AREAL/RJ conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.07815/2015.

DE 03/09/2018

PROCESSO E-07/002.05258/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por PATRIMONY ADMINISTRADORA DE BENS S.A., localizado na RODOVIA BR-040, KM 58,001 AO KM 62,92 - ITAIPAVA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.05258/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.03058/2017 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por PORTO NOVO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ALEM PARAIBA LTDA, localizado na RUA ANTONIO SOUZA WERNECK Nº 6 - JAMAPARA, SAPUCAIA/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.03058/2017.

DE 20/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.05079/2017 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Operação - LO, realizado por CERVEJARIA PETROPOLIS S/A, localizado na ESTRADA RETIRO DAS PEDRAS, 4000 - RETIRO DAS PEDRAS, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.05079/2017.

DE 21/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.150336/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por P.C.A.MORIM HOTEIS E RESTAURANTE EPP, localizada na ESTARADA DO CONTORNO Nº43500, BINGEN - PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.150336/2008.

PROCESSO Nº E-07/002.150447/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por KAMAYAMA COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA, localizado na ESTRADA SAMAMBIAIA Nº 138 - SAMAMBIAIA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.150447/2008.

DE 27/09/2018

PROCESSO E-07/002.09588/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por POSTO CAPIVARI, localizado na RODOVIA BR040, S/Nº - KM 61,8, ITAIPAVA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.09588/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.14257/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Licença Ambiental Simplificada - LAS, realizado por CONDOMÍNIO RESIDENCIAL BEIJA FLOR, localizado na RUA REGINA DE MORAIS, Nº702 - BARRA DO IMBUI, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.14257/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.509195/2010 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TAMBOARA RESTAURANTE LTDA, localizado na ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA Nº260 - ITAIPAVA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.509195/2010.

PROCESSO Nº E-07/002.10875/2011 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por EUROMOLD IND E COM DE PLÁSTICOS E MOLDES LTDA, localizado na RUA JOAO XAVIER, 249 - GALPÕES 01 E 02 - DUARTE DA SILVEIRA, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.10875/2011.

DE 28/09/2018

PROCESSO Nº E-07/002.150544/2008 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por FUNDAÇÃO OCTÁVIO GUALBERTO, localizado na AVENIDA BARÃO DO RIO BRANCO, 1003 - CENTRO, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.150544/2008.

PROCESSO Nº E-07/002.00142/2015 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por JOSE FERNANDO DE ANDRADE, localizado na ESTRADA SILVEIRA DA MOTA, KM 10 - RIO BONITO, POSSE, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.00142/2015.

PROCESSO Nº E-07/002.10721/2009 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Operação - LO, realizado por EXPRESSO AREAL TRANSPORT E TURISMO LTDA, localizado na ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, S/Nº - KM 97,5, AREAL - AREAL/RJ conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.10721/2009.

PROCESSO Nº E-07/002.01860/2016 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por CROS JOSÉ DE OLIVEIRA FILHO, localizado na RUA JOSÉ SILVEIRA MEDEIROS, VALVERDE - BURUCUSSI, SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.01860/2016.

PROCESSO E-07/002.00122/2016 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por TEREZINHA RAITZ DA ROCHA, localizado na ESTRADA JOSE DA ROCHA Nº12, POSSE, TERESÓPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no PROCESSO E-07/002.00122/2016.

PROCESSO Nº E-07/002.11358/2014 - INDEFERIDO a solicitação de Certidão Ambiental - CA, realizado por ALBA LUZ PEREIRA BORGES, localizado na ESTRADA UNIAO E INDUSTRIA, KM4 - POSSE, PETROPOLIS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.11358/2014.

PROCESSO Nº E-07/002.202613/2002 - INDEFERIDO a solicitação de Licença de Instalação - LI, realizado por PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS RIOS, localizado na CORREGO VILA ISABEL - PLATAFORMA FERROVIÁRIA E AVENIDA CONDESSA RIO NOVA, VILA ISABEL - TRÊS RIOS/RJ, conforme as informações contidas no processo nº E-07/002.202613/2002.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE DOIS RIOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 04.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.5292/2018 - INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Sidney Zartwald Saller, feito através do processo nº E-07/002.5292/2018, para atividade de fornecimento de energia elétrica na Estrada São Lourenço, s/nº - São Lourenço, município de Nova Friburgo - RJ.

DE 09.10.2018

PROCESSO Nº E-07/002.8455/2014 - INDEFERIDO o requerimento de Certidão Ambiental em nome de Alba Moraes e Silva; feito através do processo nº E-07/002.8455/2014, para atividade de anuência de supressão de vegetação de anore exatinha, na Estrada Municipal do Garrafão, s/nº - Sítio Bela Vista - Escalvina, município de Nova Friburgo - RJ.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL LAGOS DE SÃO JOÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

DE 08.10.2017

PROCESSO Nº E-07/002.873/2012 - AUTORIZO o cancelamento da Certidão Ambiental - CA Nº IN0029097, em nome de Laticínios Bom Pastor para extração do volume máximo diário de 4,9 m³/h de água bruta durante 2 h/d, em (01) poço tubular, no período de 26 d/mês, vazão máxima instantânea: 12m³/h, situado na Estrada da Mombaca, 6950 - LOTE "A" - Mombaca, Município Sagreima, corio a finalizado de uso para (todos os fins, local não tem abrangência da rede pública de água da concessionária), isenta de cobrança e da outorga de direito de uso dos recursos hídricos, por se tratar de volume insignificante.

Id: 2139518

**SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE**

ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DESIGNADA PELA PORTARIA INEA PRES Nº 194 DE 18 DE JANEIRO DE 2011 E SUAS ALTERAÇÕES

Aos quinze dias do mês de outubro de 2018, na sala da Serviço de Apoio à Presidência do INEA, na cidade do Rio de Janeiro, sob a Coordenação da servidora Hilana Paula Drummond de Andrade, reuniu-se a Comissão destinada a avaliar os pedidos de concessão de licença ambiental, na forma instituída pela Portaria INEA PRES Nº 194 de 18 de janeiro de 2011 e suas alterações, em atendimento a presentes os membros abaixo assinados. Abreindo os trabalhos, a Comissão deliberou nos seguintes termos: I - PEDIDO DEFERIDO: E-07/002.103096/18 - Karen de Freitas Isabel Ribeiro, Adicional de Qualificação de Graduação, a partir de 01 outubro de 2018; II - PEDIDO EM EXIGÊNCIA, devendo os servidores apresentar Certificado Definitivo ou declaração de conclusão do curso e obtenção do título de mestre, no prazo de 15 dias corridos, sob pena de indeferimento: E-07/002.103260/18 - Wallace Serafim Pavao; e E-07/002.104006/18 - Samuel Mulyiet Camargo da Silva, III - A Comissão concederá o prazo de até cinco dias úteis, a contar da publicação desta Ata no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para eventuais impugnações. Nada mais tendo a tratar, a Coordenadora Hilana Paula Drummond de Andrade, deu por encerrada a reunião, da qual a servidora Thaís da Costa Ferreira, lavrou a presente ata, que foi lida e aprovada, por mim assinada e demais membros da Comissão presente.

HILANA PAULA DRUMMOND DE ANDRADE

Coordenadora

THAÍS DA COSTA FERREIRA

Membro

ANTONIO CARLOS RODRIGUES DA SILVA

Membro

Id: 2139517

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 12/09/2018

DESIGNA ERASMO PIRAMA DA SILVA JUNIOR, Agente de Saneamento G, como Presidente, OTÁVIO GREGÓRIO DA SILVA FILHO, Agente de Saneamento G, WAGNER GONÇALVES MONDEGO, Agente de Saneamento G, como membros titulares e FRANCISCO JOSÉ MEIMET PAULO, Agente de Saneamento G, como membro suplente, Gerente do Contrato MARCIO MONTEIRO DE AZEVEDO, Técnico de Contabilidade II, e JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato, destinado à AQUISIÇÃO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS DE INDUÇÃO, ROTOR TIPO GAULA, ASSÍNCRONO E DE ALTO RENDIMENTO, de que trata o Processo nº E-07/100.680/017. Ordem de Serviço "E" nº 15.246/2018.

Id: 2139216

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

ATO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 26/09/2018

DESIGNA LEONEL FAGUNDES DE ASSIS, Agente de Saneamento I, como Presidente, WELLIS RODRIGO DA SILVA COSTA, Técnico de Laboratório II, LEANDRO COUTO ROSA, Técnico de Laboratório II, ANA CLAUDIA FERREIRA RIBEIRO DA LIZ CRUZ, Analista de Qualidade C, PAULO GOMES DO COUTO Agente de Saneamento I, JOAO RICARDO CONSTANCIO, Agente de Saneamento I, JEAN CARLOS RANGEL PESENTI, Agente de Saneamento I, RENATO CABRAL DE SIQUEIRA, Agente de Saneamento C, ERLY DA SILVA LOUREIRO, Agente de Saneamento H, como membros titulares e JOAO ANGELO GOMES DE SOUZA, Analista de Qualidade C, como membro suplente, Gerente do Contrato de Saneamento de AZEVEDO, Técnico Contabilidade II e JANE BATISTA CAMPOS DE MOURA, Gerente de Controle e Acompanhamento de Contratos, como suplente, para compor a Comissão de Fiscalização do Contrato destinado à "AQUISIÇÃO DE ÁCIDO FLUOSSILÍCICO", de que trata o Processo nº E-07/100.772/2017. Ordem de Serviço "E" nº 15.259/2018.

Id: 2139217

COMPANHIA ESTADUAL DE ÁGUAS E ESGOTOS

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 04/10/2018

PROCESSO Nº E-07/100.299/2017 - Tendo em vista a Decisão da Resolução de Diretoria da CEDAE de 04/10/2018, REVOGO a Licitação por Pregão Eletrônico nº 337/2017 - ASL-DF, referente à "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS GERADOS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO E ELEVADORIAS DE ESGOTOS".

Id: 2139453

**Secretaria de Estado de
Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento**

DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTARIA SEAPPAD/GF Nº 39 DE 16 DE OUTUBRO DE 2018

CONSTITUI COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO E-02/007/101446/2018 REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA REFORMA DOS ESCRITÓRIOS DE ENGENHARIA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA DOS ESCRITÓRIOS E LABORATÓRIOS DA PESAGRO - RIO LOTE 1 (MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES).

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, DA SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCAS E ABASTECIMENTO, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Constituir Comissão para proceder ao acompanhamento do Processo nº E-02/007/101446/2018, referente à reforma dos Escritórios e Laboratórios da PESAGRO - RIO, em Campos dos Goytacazes, pertencente ao Lote 03, do Shopping nº 016/2018, celebrado entre esta Secretaria de Estado e a Empresa Complan Empreendimentos e Serviços LTDA-ME.

MEMBROS:

Jorge Alberto Dias Vasconcellos, ID Funcional 26934833 - Presidente; Akhiro Tokuda, CAU/RJ A33974-1; Ricardo Zaur, CREA/RJ 24.149D.

SUBSTITUÍDOS:

José Luiz Teixeira Magalhães, ID Funcional 20225067; Jackson Santos Ramalho, ID Funcional 20227574; Sergio Matta Peres, ID Funcional 269722824.

Art. 2º - Designar, como Gestora do Contrato nº 033/2018, a servidora Daniela Karina da Silva Verçosa, ID Funcional 50074504.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Niterói, 16 de outubro de 2018

ANTONIO EMÍLIO SANTOS

Diretor-Geral

Id: 2139432

ADMINISTRAÇÃO VINCULADA

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, PESCAS E ABASTECIMENTO

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE

DE 16/10/2018

PROCESSO Nº E-02/004/100117/2018 - HOMOLOGO o resultado da licitação, na modalidade Pregão Eletrônico nº 004/2018, em favor da

Sinado digitalmente em Quinta-feira, 18 de Outubro de 2018 às 02:47:59

idade deste